



Contadora diz que doleiro estava envolvido com políticos



Gerardo Magela/Agência Senado

À CPI mista, Meire Poza, ex-contadora do doleiro Alberto Youssef, admitiu ter emitido R\$ 7 milhões em notas frias em serviços prestados a empresas de seu ex-cliente

Em quatro horas e meia de depoimento ontem à CPI Mista da Petrobras, Meire Bonfim Poza confirmou o envolvimento do doleiro Alberto Youssef com vários políticos e também com o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. **3**

À mesa da CPI mista com o senador Gim e o deputado Marco Maia, Meire Poza diz estar consciente de ter cometido ilegalidades

Medida que desonera folha é avaliada 4

Ana Amélia e Flexa assumem comissão

Comissão mista que analisa Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional elegeu on-

tem a senadora Ana Amélia como vice-presidente. O senador Flexa Ribeiro será relator. **4**



Senador José Pimentel (D) preside reunião da comissão mista que elegeu integrantes ontem

Marcos Oliveira/Agência Senado

Novos painéis agilizam votações

Os equipamentos para o Plenário e as comissões custarão R\$ 850 mil, valor 66% menor que

o inicialmente estimado. No Plenário, senadores com deficiência poderão votar mais facilmente. **2**



Mesa do Senado também definiu que, a partir do dia 20, ordem do dia passará a ser eletrônica

Marcos Oliveira/Agência Senado

Relator quer equilíbrio para farmácias 4

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Teste da linguinha obrigatório em recém-nascidos
Lei 13.002/2014



LIBERDADE PARA NOSSAS LÍNGUAS!

O teste da linguinha nos recém-nascidos será obrigatório nas maternidades de todo o país.

O Senado aprovou a Lei 13.002, que determina a todas as maternidades a realização do teste da linguinha a partir de 23 de janeiro de 2015. Com ele, o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Senado Federal | SACOM | Publicidade e Marketing

Novos painéis tornarão mais rápidas votações no Senado

Compra do novo equipamento foi feita por um terço do valor estimado inicialmente. Reunião aprovou também serviços odontológicos para os servidores e economia anual de 8,5 milhões de folhas de papel

RESULTADO DE LICITAÇÃO concluída na última semana, a compra de novos painéis eletrônicos para o Senado pode melhorar a visualização em Plenário e tornar mais ágil a votação nas comissões. A compra foi um dos temas tratados em reunião da Mesa na terça-feira. Os novos equipamentos custarão ao Senado R\$ 850 mil, uma redução de 66% em relação ao valor inicialmente estimado, de R\$ 2,5 milhões.

— O valor de compra é muito menor do que estava previsto no pregão eletrônico. O painel atual funciona, mas sua tecnologia está ultrapassada — afirmou o primeiro-secretário, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O painel do Plenário está em uso há mais de 20 anos e apresenta falhas. O novo modelo resolverá problemas de acessibilidade: senadores com deficiência que tenham dificuldade de usar as mãos poderão votar com os olhos.

Segundo o secretário-geral da Mesa e diretor-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira, a modernização dos painéis é possível graças aos recursos da venda da folha de pagamento ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal por um total de R\$ 100 milhões.

Gurgacz agradece pela reeleição

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) agradeceu os quase 312 mil votos que o reconduziram ao Senado Federal.

Gurgacz disse que honrará todos os compromissos assumidos e que vai lutar pela aprovação das propostas apresentadas na campanha.

— Vamos continuar nosso trabalho aqui no Senado em defesa do desenvolvimento de Rondônia — disse.



Lia de Paula/Agência Senado

Vanessa: eleitor pede mais mudanças

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse esperar que a campanha eleitoral do segundo turno motive um debate profundo sobre o projeto político a ser adotado no Brasil nos próximos quatro anos. Para ela, o eleitorado deu a maior parte dos votos a Dilma Rousseff porque exige o aprofundamento das mudanças e a manutenção do compromisso com a justiça social.

— O que querem é mais mudanças, para que o Brasil ingresse definitivamente num novo ciclo de desenvolvimento.

Paim quer benefício para quem usa EPI

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem esperar uma decisão do Supremo Tribunal Federal favorável aos trabalhadores quanto a recurso do INSS em relação à aposentadoria especial para o trabalhador que utiliza o equipamento de proteção individual (EPI).

O senador defende o benefício para esses trabalhadores sem perda dos adicionais de insalubridade e periculosidade.



Pedro França/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Mesa do Senado retomou atividades terça-feira, após primeiro turno das eleições

Na reunião de ontem, os senadores aprovaram a inclusão de serviços odontológicos no plano de saúde dos servidores do Senado. Cada beneficiário pagará cerca de R\$ 18 mensais para ter acesso ao serviço. Não haverá contrapartida do Senado.

Economia de papel

Também na reunião ficou decidido o início da nova ordem do dia eletrônica do Senado, a partir do próximo dia 20. Atualmente são impressas cerca de 250 páginas diariamente, com centenas de cópias que acabam descartadas ao final do dia. Com a mudança, Bandeira diz esperar uma economia anual de

8,5 milhões de folhas de papel.

— Mais do que uma economia financeira, que será algo próximo de R\$ 300 mil por ano, nós teremos uma economia ambiental. É uma ação de sustentabilidade.

Durante a reunião, Bandeira informou que a economia alcançada no Senado em 2013 chegou a R\$ 288 milhões, graças às medidas de racionalização administrativa, como a extinção do serviço médico do Senado e os cortes nos contratos da Casa. Já em 2014, a expectativa é de que a economia alcance R\$ 210 milhões em relação ao orçamento autorizado. Para o biênio 2013-2015, a contenção deve chegar a R\$ 500 milhões.

Comissão de Orçamento se reúne na terça-feira

Não houve quórum para abertura dos trabalhos ontem da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que tem outra reunião prevista para terça-feira. Aguardam votação no colegiado o relatório preliminar com emendas

apresentado ao projeto de lei orçamentária de 2015 e projetos que abrem crédito extraordinário em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, entre outros.

Raupp destaca Jovem Senador

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou ontem a participação da estudante Ana Paula Schwengber no sétimo concurso de redação do Projeto Jovem Senador. Ela é de Burity (RO) e conseguiu o segundo lugar, com o tema “Honra e Honestidade”.

— Parabéns a Ana Paula, que é motivo de orgulho para todo o meu estado, Rondônia. Parabéns a essa jovem estudante por essa grande conquista — comemorou Raupp.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Casildo defende desapontação

Casildo Maldaner (PMDB-SC) informou que o Supremo Tribunal Federal iniciou julgamento que poderá beneficiar milhares de brasileiros que voltaram a trabalhar depois de aposentados.

O senador explicou que o processo trata da desapontação e poderá garantir ao aposentado o direito de pedir à Previdência Social a revisão do valor do benefício para incluir os valores pagos ao INSS após o retorno ao mercado de trabalho.



Jefferson Rudy/Agência Senado

CORREÇÃO

Na legenda da foto da chamada “Mês do Servidor alerta para os males do fumo”, na primeira página de ontem, faltou a palavra “adjunta” no cargo da diretora-geral-adjunta do Senado, Ilana Trombka.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

MEDIDA PROVISÓRIA Tributação

13h Continuação da reunião da comissão

mista que analisa a Medida Provisória 651/2014, que dispõe sobre a tributação das operações de empréstimo de ativos financeiros e sobre fundos de índice de renda fixa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Meire Poza admitiu ter emitido R\$ 7 milhões em notas frias e falou do envolvimento do doleiro Alberto Youssef com políticos e de esquemas com fundos de pensão

Contadora aponta relação de doleiro com políticos

EM QUATRO HORAS e meia de depoimento à CPI Mista da Petrobras, Meire Bonfim Poza, ex-contadora do doleiro Alberto Youssef, admitiu ontem aos parlamentares ter emitido R\$ 7 milhões em notas frias em serviços prestados a empresas de seu ex-cliente. Além disso, ela confirmou o envolvimento do doleiro com vários políticos e com o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, disse que não está bem financeiramente e admitiu ter consciência de que cometeu ilegalidades e deve responder por elas.

— A minha conta tenho dignidade para pagar, mas a conta dos outros eu não pago — afirmou.

Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef são apontados pela Polícia Federal (PF) como articuladores de um esquema de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas e desvio de dinheiro público.

Meire abriu a participação na CPI avisando aos parlamentares que não dispõe de informações relativas à Petrobras e que poderia falar apenas sobre as operações feitas no escritório de Youssef.

Entretanto, ela confirmou que Costa fazia reuniões com o doleiro na sede da GFD Investimentos — empresa de fachada por meio da qual, segundo a PF, Youssef direcionava o pagamento de propinas a políticos e fazia remessas de valores para o exterior.

Ela informou nunca ter prestado serviço a nenhuma empresa ligada à Petrobras, tampouco à Costa Global Consultoria, empresa de Costa, e confirmou que o executivo recebeu de Youssef um Land Rover. Meire Poza também disse desconhecer participação de Youssef na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

Meire disse que interrompeu suas atividades em março, quando foi deflagrada a Operação Lava-Jato pela PF.

A contadora admitiu ter emitido notas fiscais frias que somam cerca de R\$ 7 milhões. Ressaltou, no entanto, que foi uma “exceção” em sua atividade profissional, pois, segundo ela, mantinha atividade regular com outros clientes.

Requerimentos

O deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA) chegou a propor que a reunião fosse fechada à imprensa e ao público para que a contadora ficasse mais à vontade para relatar o que sabe, mas a maioria defendeu que o depoimento fosse aberto.

Alguns deputados insistiram também na votação de novos requerimentos, o que não foi possível por falta de quórum. Entre os pedidos, estão a quebra de sigilos bancário e fiscal de Meire Poza. O pedido partiu do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).



Ao lado do senador Gim, Meire Poza disse estar consciente de que cometeu ilegalidades e que deve responder por elas

Esquema teria beneficiado condenado do mensalão

A contadora afirmou que o PT repassou dinheiro para Enivaldo Quadrado pagar a multa imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo do mensalão. Dono de uma corretora, Quadrado foi condenado por lavagem de dinheiro na Ação Penal 470. Meire disse ter ido três vezes à casa do jornalista Breno Altman para pegar R\$ 15 mil mensais para repassar a Quadrado, a fim de que ele pagasse a penalidade.

Ainda em relação a Quadrado, a contadora disse ter guardado, a pedido dele, um contrato que, segundo a imprensa, seria depois usado para chantagear integrantes do PT. O contrato — apreendido pela Polícia Federal no escritório de Meire — é referente a um empréstimo de R\$ 6 milhões entre a 2S Par-

ticipações Ltda., empresa de Marcos Valério, e a Expresso Nova Santo André, do empresário do setor de transportes Ronan Maria Pinto. A contadora disse desconhecer qual seria a utilização do contrato por Enivaldo Quadrado.

Meire Poza disse que o doleiro também mantinha contato com o ex-ministro das Cidades do governo Dilma Rousseff Mário Negronte, que lhe indicou a compra de uma empresa de monitoramento de veículos em Goiânia.

Ao ser indagada sobre o envolvimento de Youssef com fundos de pensão, a contadora afirmou que o doleiro lhe disse ter tido encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para acertar investimentos do Postalís (dos funcionários dos Correios) em

uma empresa de Youssef.

Segundo Meire, Youssef buscava apoio do senador para que os fundos de pensão dos Correios e da Caixa Econômica Federal (Postalís e Funcef) investissem R\$ 50 milhões em uma de suas empresas, a Marsans Brasil. Ainda de acordo com a contadora, o encontro ocorreu em 12 de março, pouco antes da prisão do doleiro pela Operação Lava-Jato, segundo lhe teria confidenciado o próprio Youssef.

Em nota (veja abaixo), o senador disse não conhecer “a pessoa mencionada no noticiário como doleiro Alberto Youssef”.

A lista com os nomes de pessoas a quem Meire Poza transferiu dinheiro a pedido de Youssef foi apreendida pela Polícia Federal durante a Operação Lava-Jato.

Para relator, Meire deve ser investigada

Terminada a sessão da CPI Mista que investiga irregularidades na Petrobras, o relator, deputado Marco Maia (PT-RS), avaliou que o depoimento prestado por Meire Poza contribuiu para as investigações e trouxe algumas novidades, como a participação dela própria no esquema. Para o deputado, ela esteve no Senado na condição de testemunha, mas a Polícia Federal deveria investigá-la.

Sobre os parlamentares que, de acordo com a

ex-contadora, teriam alguma relação com o doleiro, o relator afirmou que, apesar de a falta do conteúdo da delação premiada ser um empecilho, “a CPI vai fazer todas as investigações que forem necessárias, estejam onde estiverem os envolvidos”.

O relator não afirmou se vai indiciá-la ou não no relatório final para a CPI. Segundo ele, a função da investigação será determinar o tamanho do erro que ela cometeu.

Nota à imprensa

O senador Renan Calheiros reitera que não conhece a pessoa mencionada no noticiário como “doleiro” Alberto Youssef e que só soube da existência do mesmo após as informações publicadas pelos jornais.

O Senador, portanto, reafirma que nunca esteve, agendou conversas e nunca ouviu falar de Alberto Youssef e de sua contadora.

Assessoria de Imprensa do Senador Renan Calheiros

Suplicy pede rapidez na votação de dívida estadual



Mônica Mariz/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou rapidez na aprovação do projeto de lei da Câmara que trata dos indexadores das dívidas dos estados com a União. Ele disse esperar que isso ocorra até dezembro, final do seu

mandato. A proposta aguarda votação em Plenário.

— Isso reduzirá substancialmente o estoque da dívida dos estados e municípios envolvidos ao longo dos anos, fornecendo melhores condições de gestão fiscal com impactos positivos nos serviços prestados à população — ressaltou o senador.

Para Suplicy, além do alívio financeiro para estados e municípios, a aprovação do projeto ajuda avançar em outras matérias, como a PEC do Comércio Eletrônico e o projeto de lei do Senado sobre a remissão e anistia dos incentivos fiscais do ICMS no convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Requião alerta para plano de redução da inflação



Mônica Mariz/Agência Senado

Roberto Requião (PMDB-PR) comentou ontem em Plenário estudo feito pelo economista Carlos Cosenza sobre a proposta de redução rápida da inflação para 3%, feita pelo candidato à Presidência da República

Aécio Neves, do PSDB.

Segundo o Requião, um teste de consistência macroeconômica mostrou que, para uma queda rápida da inflação, seriam necessárias uma taxa de desemprego de 15% e uma taxa de juros de 25% ao ano. Ele disse estar seguro de que os brasileiros não aceitariam isso.

— Não tenho dúvida de que a sociedade brasileira não tolerará isso. Essa proposta mítica de redução que, levada a efeito, trará uma desordem monumental ao país, rigorosamente impossível do ponto de vista da população brasileira — afirmou o senador.

Odacir destaca ações em transporte público



Waldemir Bonero/Agência Senado

Odacir Soares (PP-RO) registrou investimentos de R\$ 143 bilhões do governo federal em mobilidade urbana, em cerca de 118 cidades de todas as regiões do Brasil.

Essa atuação, frisou o senador, é bem diferente

da que ocorria nas décadas de 80 e 90, quando os brasileiros foram iludidos com a ideia de que os ônibus eram suficientes para a população.

Para ele, melhorar o transporte de massa nas cidades é dar às pessoas mais tempo para lazer, estudos e família. O que é impossível, disse o senador, se os trabalhadores continuarem perdendo até quatro horas diárias no deslocamento para o trabalho e de volta para casa.

Segundo o parlamentar, além da melhoria nos ônibus, os investimentos federais vão ampliar metrô, trens, monotrilhos e veículos leves sobre trilhos.

Medida provisória cria Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional para apoio a operações de empresas aéreas em aeroportos com até 1 milhão de passageiros/ano

Comissão para voos regionais elege membros

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória (MP) 652/2014 elegeu, ontem, o deputado Assis Carvalho (PT-PI) como presidente e a senadora Ana Amélia (PP-RS) como vice-presidente. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) foi designado relator e o deputado Geraldo Simões (PT-BA), relator-revisor da proposta.

A MP 652 cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (Pdar) para subsidiar operações de empresas aéreas em aeroportos com até 1 milhão de passageiros por ano, em voos com origem ou destino em aeroportos regio-

nais. O objetivo é aumentar o acesso da população brasileira ao transporte aéreo e o número de municípios e rotas atendidos.

A senadora adiantou que a comissão realizará audiências públicas com vistas a aperfeiçoar o texto. Além de reduzir o preço das passagens, Ana Amélia reconheceu a importância de melhorar a estrutura dos aeroportos para desenvolver a aviação regional.

— É preciso ter a garantia de que o usuário tenha não só um preço menor, mas também a segurança necessária para usar o serviço — informou.



Ao lado do senador José Pimentel, Ana Amélia fala na sessão em que foi eleita vice-presidente da comissão mista

Relator busca acordo na MP das Farmácias Desoneração tributária deve ser analisada hoje

Designado relator da MP 653/2014, que flexibiliza a exigência da presença de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento das farmácias, o deputado Manoel Junior (PMDB-PB) afirmou que buscará, para a elaboração do relatório, o equilíbrio entre as condições das pequenas localidades brasileiras e as garantias legais para o bom atendimento à população.

A designação foi feita ontem na reunião da comissão mista destinada a dar parecer à MP 653. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi eleita presidente da comissão e o deputado Francisco Chagas (PT-SP), vice-presidente. O senador Paulo Davim (PV-RN) será o relator-revisor do texto.

Desde que foi editada, a MP dividiu opiniões entre as entidades do setor farmacêutico. O relator quer fazer audiências públicas para ouvir os segmentos envolvidos. A MP 653 foi editada em 8 de agosto, no mesmo dia da sanção da Lei 13.021/2014, que regulamenta o exercício das atividades farmacêuticas, determinando a presença obrigatória de farma-

cêutico por todo o tempo em que a farmácia estiver aberta ao público.

A MP flexibilizou essa regra para farmácias caracterizadas como micros ou pequenas empresas, que poderão funcionar com a presença de um prático inscrito no conselho da categoria, desde que o órgão sanitário de fiscalização local confirme a inexistência de farmacêutico na localidade e licencie o estabelecimento em nome do interesse público e da necessidade da existência de farmácia ou drogaria.

Enquanto a Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFarma) considera a flexibilização essencial para a sobrevivência de pequenas

farmácias, o Conselho Federal de Farmácia afirma que a medida expõe os consumidores ao risco de atendimento inadequado pela falta de orientação de um farmacêutico.

— Temos que encontrar um ponto de equilíbrio. Exigir, por exemplo, que uma farmácia em Coxixola, na Paraíba, que tem 3 mil habitantes, tenha um farmacêutico de plantão o dia todo é uma dose muito grande, até porque faltam profissionais nessas cidades pequenas, no Brasil inteiro. Dizer também que essas farmácias podem arbitrar sem uma assistência técnica, sem um acompanhamento, também é um relaxamento da legislação — disse o relator.



Vanessa preside comissão mista que analisa texto relatado por Manoel Junior

Ricardo Ferraço faz críticas à economia e à política externa

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou em discurso na terça-feira que, após as eleições, o Brasil precisa se concentrar na política externa e na inserção internacional a fim de gerar novas oportunidades ao país.

O senador disse que o país emite grandes sinais de esgotamento econômico, sem horizonte de recuperação a curto prazo. Segundo ele, os equívocos da política externa do governo Dilma Rousseff provocaram uma recessão que pode ter reflexos drásticos para a população.

— O Brasil não pode mais ficar excêntrico ao que acontece de mais dinâmico na economia internacional, perdendo espaço e desperdiçando oportunidades que não voltarão a bater em nossas portas — alertou.



Moreira Matiz/Agência Senado

Bolsa Família deve ser política de Estado, diz Ruben Figueiró

Ruben Figueiró (PSDB-MS) defendeu ontem o projeto do senador Aécio Neves (PSDB-MG) que transforma o Programa Bolsa Família em política de Estado e regulamenta em lei o pagamento do benefício.

Assim, acredita ele, o governo não usará mais o programa como moeda de troca durante o período eleitoral. Para Figueiró, se regulamentado, o programa será mais bem gerido e fiscalizado e poderá até ser ampliado.

— Esse instrumento de inclusão social importantíssimo deve ser incorporado ao arcabouço jurídico nacional como forma de evitar o seu uso eleitoral. O Bolsa Família beneficia 14 milhões de famílias, alcançando mais de 48 milhões de brasileiros — afirmou o parlamentar.



Jefferson Rody/Agência Senado

Antônio Aureliano ressalta desempenho de Aécio Neves

Antônio Aureliano (PSDB-MG) comemorou na terça-feira o resultado do primeiro turno das eleições para presidente da República. Para ele, o povo brasileiro começa esta semana com mais esperança de mudanças. O senador destacou a atuação do candidato do partido dele, Aécio Neves, como governador de Minas Gerais e também como deputado federal e senador.

Aureliano disse que espera uma eleição tranquila, com a discussão de ideias para que o eleitor possa decidir de maneira segura.

— Para que a nação decida entre as duas candidaturas com consciência, com liberdade, comparando as partes de maneira sensata, honesta e transparente — concluiu o senador.



Waldemir Bonetto/Agência Senado